

Tales Faria

PL quer tirar dos Bolsonaro o controle da campanha

Foi um desastre para o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) o encontro desta terça-feira 19, em que pretendia convencer a bancada do partido a continuar firme em defesa de sua candidatura a presidente da República.

Não, deputados e senadores não pretendem tirar o candidato do páreo imediatamente por causa do vazamento do pedido dele de recursos ao dono do Banco Master, Daniel Vorcaro.

Mas já circula com força no partido, especialmente entre aqueles que não integram o grupo de bolsonaristas raiz, a conclusão de que não dá mais para deixar na mão do clã Bolsonaro as decisões finais sobre a campanha eleitoral do PL. Tanto nos estados como para presidente da República.

Os plúcticos do partido acham que o vazamento do pedido de recursos a Vorcaro em meio ao escândalo do Banco Master foi um golpe forte contra a campanha, mas preferem esperar para avaliar seus efeitos com o tempo.

O problema é que os bolsonaristas esperavam sair da reunião convencidos de que esta relação tão próxima entre o candidato do partido a presidente da República e Daniel Vorcaro seria o último grande segredo que a família Bolsonaro escondia de seus aliados.

Mas não. No meio da reunião se descobriu que Flávio teve um encontro com Vorcaro em São Paulo, quando o banqueiro já estava usando tornozeleira eletrônica.

Qual o propósito do encontro? Não convenceu aos presentes na reunião do PL a versão de Flávio de que teria sido para “colocar um ponto final” na

história do financiamento do filme.

Integrantes do partido ouvidos pela coluna acham mais provável que tenha sido para se garantir de que o candidato não será envolvido em alguma delação premiada que o banqueiro venha a fechar com o ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF). Ou para combinar uma versão sobre a transferência de recursos de Vorcaro para o filme, ou seja lá o que for.

Deputados e senadores do partido serão quase todos candidatos a cargos eletivos em outubro. Aqueles que não forem dependem da vitória de seus candidatos para continuar desfrutando das benesses do poder. A derrota do candidato a presidente repercute sobre o futuro de todos os participantes da reunião. Os presentes ao encontro saíram assustados e convencidos de que ainda podem surgir novas informações bombásticas.

A solução imaginada é não deixar mais inteiramente sob o controle da família os destinos da campanha. Se o Flávio tiver que sair, não dá para que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) determine quem ficará em seu lugar. O substituto – ou a substituta – terá que resultar de uma análise do partido.

Pode até ser que recaia sobre um membro do clã, como a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro. Mas terá que ser por decisão coletiva, que inclua até mesmo aliados do centrão.

Bolsonaro tem ignorado completamente os aliados. Mas a federação partidária União Progressista (PP- União Brasil), do centrão, já deu sinais de que a aliança com o PL, se houver, terá que ser em novos termos.

Fernando Molica

Bondades que complicam

Ao facilitar a compra de carros por taxistas e motoristas de aplicativos e afrouxar regras para o trabalho de motociclistas, o governo federal aposta em saídas específicas que tendem a piorar a vida coletiva e, em ano eleitoral, indica ter jogado a toalha na tentativa de regulamentar atividades baseadas na exploração e que oferecem risco de vida.

Pesquisas atestam a impopularidade do governo na baixa classe média, principalmente entre jovens. Pessoas que se revelam desiludidas com políticas sociais que aplacaram a pobreza, mas se mostram incapazes de gerar expectativas de um futuro melhor. É gente que, como começaram a cantar os Titãs em 1987, não quer só comida.

A migração de intenções de votos de Flávio Bolsonaro (PL) para Renan Santos (Missão) entre eleitores de 16 a 24 anos, detectada pela pesquisa Atlas/Intel, sugere que esses brasileiros querem alternativas que apontem para uma possibilidade de progresso individual. Para eles, políticas como o Bolsa Família são uma armadilha que mata a fome, mas impede o progresso. Versão juvenil e menos descabelada do argentino Javier Milei, Santos incorpora esse tipo de rebeldia conservadora.

O governo tentou criar alguma regulamentação para motoristas de aplicativos e motociclistas, mas perdeu a briga: a possibilidade de cobrança de alguma contribuição previdenciária foi vista como usurpação do dinheiro alheio; o estabelecimento de uma tabela mínima de remuneração naufragou diante do argumento da oposição de que isso encarceraria as entregas, diminuiria a demanda e, conseqüentemente, a remuneração dos que se consideram empreendedores.

Argumento parecido tem sido utilizado contra o fim da escala de seis dias de trabalho por um de folga, uma crítica que encontra respaldo até mesmo entre pessoas que, em tese, serão beneficiadas pela lei. Até porque, no limite, o que tantos querem não é a escala de cinco por dois ou de quatro por três, mas o fim de trabalhos pesados, cansativos e mal remunerados (“A gente quer comida, diversão e arte”, “A gente quer saída para qualquer parte”, “A gente quer bebida, diversão, balé”, “A gente quer a vida como a vida quer”).

O engraçado é que, para cultivar profissionais que apostam nas saídas particulares e descreem do Estado, o governo faz o que eles dizem condenar: e tome de dinheiro público para financiar o aumento de carros nas ruas, estimular a poluição e os engarrafamentos e incentivar o estímulo ao trabalho quase suicida de motociclistas.

A Confederação Nacional do Transporte ressaltou que as medidas reforçam a tendência de diminuição do uso do transporte coletivo. Seus dados mostram que a participação do transporte coletivo caiu de 49,8% em 2017 para 31,7% em 2024 — e aumentaram os deslocamentos individuais. Mas isso é também resultado das más condições do transporte coletivo no país; é o que faz muita gente arriscar a pele na garupa de uma moto.

Não se pode condenar os beneficiados pela medida do governo, afinal de contas, há séculos que recursos da população são utilizados para financiar um capitalismo que adora defender as leis do mercado, desde que para os outros. Mas, pelo menos, dá pra lamentar que, mais uma vez, um governo busca o caminho mais fácil, anestesia uma dor e ignora suas causas.

EDITORIAL

O fio invisível da responsabilidade

Em qualquer espaço onde decisões são tomadas, há um fio invisível que liga o compromisso à responsabilidade. Ele não se vê, mas se sente; não se mede, mas se avalia pelo resultado das ações.

Quando esse fio se afrouxa, quando a atenção se dispersa e o olhar se volta para distrações passageiras, a confiança que sustenta o poder se enfraquece silenciosamente. Pequenos gestos podem dizer mais sobre um indivíduo do que longos discursos ou títulos formais, e a percepção do público é implacável: o descuido, mesmo discreto, é percebido e julgado.

A vida coletiva depende da dedicação daqueles que assumem funções de representação.

Cada momento importa, cada palavra e cada gesto carregam significado, ainda que pareçam insignificantes para quem os pratica. A superficialidade no trato das responsabilidades, o hábito de priorizar interesses próprios em detrimento do bem comum, são sinais de um descompasso entre expectativa e realidade.

A sociedade observa com atenção silenciosa, e a memória pública guarda aquilo que a formalidade do cargo tenta ocultar.

A tecnologia e a multiplicidade de estímulos presentes no cotidiano contemporâneo testam constantemente a capacidade de foco e discernimento. Não é condenável o uso de recursos modernos, mas é imperati-

vo que se saiba escolher o momento certo para cada atenção.

A dispersão no instante em que se exige reflexão, cuidado e respeito é um reflexo da falta de compreensão da importância do que se está tratando.

O gesto aparentemente banal adquire significado profundo, revelando prioridades, ou a ausência delas, e definindo, sem alarde, a relação entre o representante e aqueles que confiam nele.

Mais do que regras ou regulamentos, o que se espera é sensibilidade, ética e consciência da responsabilidade. A postura cotidiana, a forma de ouvir, de acompanhar, de valorizar ideias e esforços, constrói ou destrói a percepção pública.

Gestos pequenos, sutis e cotidianos podem reforçar o compromisso com o coletivo ou, ao contrário, corroer silenciosamente a legitimidade conquistada.

A credibilidade não é um título; é uma construção diária.

E, quando se escolhe olhar para longe da tarefa, para distrações efêmeras ou interesses pessoais, o fio invisível que une compromisso e confiança se rompe, deixando apenas o eco da ausência de atenção.

No fim, o verdadeiro valor de uma função não está apenas na presença física, mas na dedicação constante que transforma responsabilidade em confiança duradoura.

Opinião do leitor

Baixarias

Eleições distantes, mas o estoque de agressões e injúrias entre candidatos e pre candidatos é espantoso. Liberdade de expressão não pode ser confundida com irresponsabilidades, mesquinhas, torpezas e leviandades. Jovens prontos para votar pela primeira vez estão perplexos com excessos de tolices na mídia e redes sociais.

Vicente Limongi Netto
Brasília - Distrito Federal

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Cláudio Magnavita (Publisher)
claudio.magnavita@gmail.com

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.